



## Minorias já podem recorrer a ações civis públicas

Projeto do ex-senador Abdias Nascimento foi sancionado pela presidente Dilma e agora instrumento pode ser usado para proteger grupos raciais, étnicos e religiosos

**A**provada pelo Senado em 19 de março, a proposta foi apresentada em 1997 pelo então senador Abdias Nascimento, morto em 2011. O parlamentar defendia a necessidade de proporcionar às minorias um instrumento ágil e eficaz para enfrentar as manifestações de racismo

e discriminação. Antes da sanção da lei, a ação civil pública poderia ser usada apenas nos casos de dano ao meio ambiente; ao consumidor; a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico; à ordem urbanística e econômica; e a qualquer outro interesse difuso ou coletivo. **3**

## Analistas discutem ritmo de obras de infraestrutura

Audiência ontem na CI reuniu o professor José Carneiro, da UnB, e o representante do governo

Marcelo Bruto Correia. Carneiro disse que obras paradas afastam investimentos privados. **6**



Marcelo Correia (ao fundo), Collor (D) e José Carneiro na audiência ontem

Moreira Maniz/Agência Senado

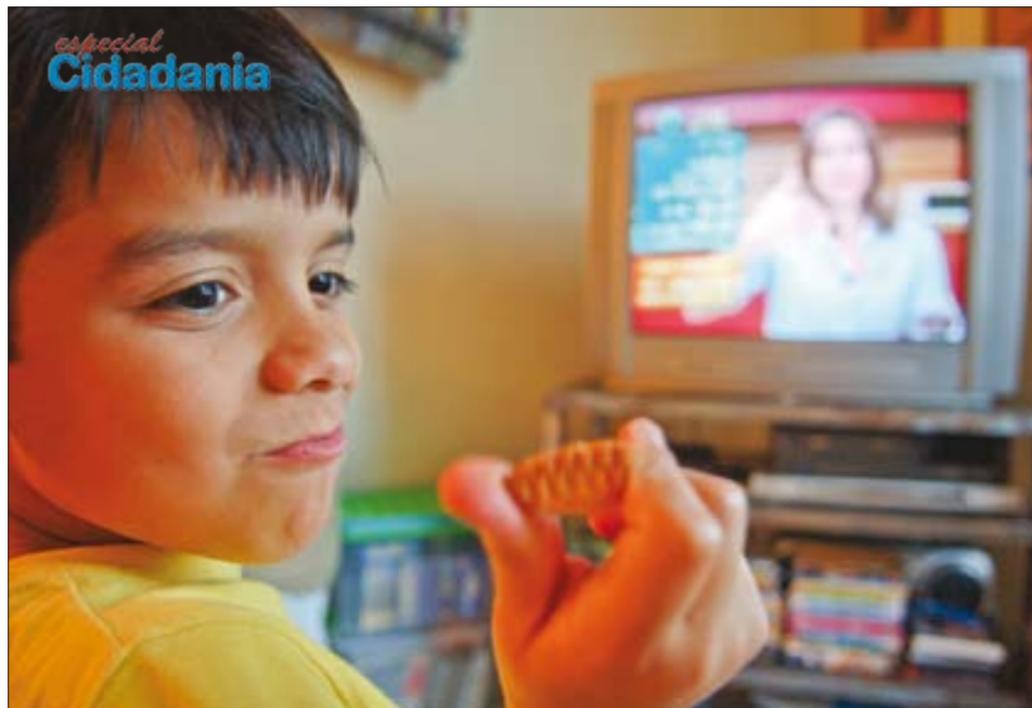
**Senadores discursam sobre acolhimento de haitianos 8**

**Miriam Belchior debate hoje metas para o Orçamento 7**

**Senado espera comunicado do STF para instalar CPI da Petrobras 2**

**Aposentadoria especial para policial mulher aguarda sanção 3**

**Collor: absolvição pelo Supremo "reescreve história do país" 6**



especial  
**Cidadania**

Ann Volpe/JS

Os anúncios com apelo infantil de alimentos considerados nocivos à saúde são os que mais geram reclamações e críticas

## Propaganda voltada a crianças é abusiva

Resolução do Conanda publicada no início do mês proíbe que a publicidade seja dirigida diretamente ao público infantil. Pela

medida, já em vigor, mesmo que se trate de produto infantil, apenas os adultos podem ser tratados como consumidores. **4 e 5**



Valadares (ao centro, de gravata azul) visita a Arena da Baixada com deputados

Divulgação/Gabinete do Senador Antonio Carlos Valadares

## Parlamentares veem bom legado da Copa em Curitiba

Uma comitiva do Congresso Nacional inspecionou ontem as obras para a Copa em Curitiba. O senador Antonio Carlos Valadares,

presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional, destacou que o estádio e o aeroporto beneficiarão a população. **7**

**O SENADO VOTOU. AGORA É LEI**

Estatuto da Juventude



## Liberdade é ter autonomia

Os jovens sonham ser livres e independentes. Por isso, o Congresso Nacional aprovou o Estatuto da Juventude, que permite a você que tem entre 15 e 29 anos viver com mais autonomia.

É a lei ajudando os jovens a alçar voos cada vez maiores.

saiba mais em:  
[www.senado.leg.br/agoraelei](http://www.senado.leg.br/agoraelei)



# CPI da Petrobras depende de notificação do Supremo

O presidente em exercício do Senado, Jorge Viana, declarou ontem que aguarda um comunicado oficial do STF para instalar a comissão exclusiva sobre a empresa, conforme decisão da ministra Rosa Weber

NA PRESIDÊNCIA DO Senado durante a ausência de Renan Calheiros, que está em Roma, o senador Jorge Viana explicou que a Casa cumprirá a decisão da ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Rosa Weber sobre a instalação de uma CPI exclusiva da Petrobras apenas após ser notificada oficialmente, o que deve acontecer nesta semana.

— Tão logo se receba a comunicação oficial da decisão da ministra, o caminho é a instalação da CPI, sem prejuízo de um recurso que deve passar pela decisão da Mesa do Senado e sem efeito suspensivo. Há quatro requerimentos de CPIs [dois no Senado, dois no Congresso], mas tudo aguarda a comunicação oficial da ministra — disse Viana.

Da Itália, Renan Calheiros disse, na semana passada, que recorrerá da decisão ao Pleno do STF, possibilitando a alteração da liminar pelos demais ministros. A decisão final sobre o andamento do mandado de segurança da oposição no Supremo caberá à Mesa do Senado, que se reúne hoje com Renan.

O líder do PT, Humberto Costa (PE), explicou a estratégia do partido: “O PT não vai pagar o preço de ser considerado o partido

que não quer a CPI. Nós vamos participar da CPI. Se ela for ampla, melhor.”

Os temas que ampliariam a CPI da Petrobras já constam de pedido de outra CPI para investigar a empresa Alstom, por formar cartel nas licitações do metrô de São Paulo durante os governos do PSDB, e as obras do Porto de Suape (PE), no governo do PSB.

— Já temos as assinaturas da Câmara e estamos colhendo no Senado. Deve ser apresentado o requerimento no dia 20 [de maio] e, se não houver recurso, o presidente já deve pedir a indicação dos membros — informou Humberto.

## Congresso

A decisão de Rosa Weber não deve ser, segundo ele, extensiva ao Congresso, onde

tramitam dois requerimentos de CPI da Petrobras — um exclusivo, da oposição, e outro abrangendo a Alstom e o Porto de Suape.

Já à oposição essa demora não agrada, declarou José Agripino (DEM-RN), informando que os partidos que desejam investigar a Petrobras — como DEM, PSDB, PSB e PSOL — devem optar pela que for mais rápida.

— A CPI do Senado está pronta e definida. A CPMI [CPI mista] ainda depende da indicação de nomes e de Renan aceitar ou não eventuais recursos. Se nós percebermos manobras governistas que procrastinem a CPMI, nossa opção será direto para o Senado. Se não, será dada a preferência à CPMI, pela participação também dos deputados. O mais importante é uma das duas começar logo — esclareceu.

Já a posição de José Agripino sobre a decisão de Rosa Weber é divergente.

— Para instalar uma CPMI, não há a necessidade de recorrer novamente ao Supremo, porque a decisão da ministra Rosa Weber vale para todas as CPIs. Mas não tenho dúvida de que o governo, se puder, vai adiar a instalação até o fim do ano.



Jorge Viana afirmou que, independentemente de recurso do Senado, a decisão será cumprida

## José Agripino: declarações de Lula são “um desrespeito ao STF”

José Agripino (DEM-RN) criticou duramente ontem as declarações do ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva à TV portuguesa RTP. Na entrevista, exibida no último sábado, Lula afirmou que 80% do julgamento do escândalo do mensalão pelo Supremo Tribunal Federal teve “caráter político” e somente 20%, “caráter jurídico”; que acha não ter havido mensalão; e que os petistas condenados não são gente de sua confiança.

— Eu acho que o [ex] presidente definitivamente surtou — afirmou em Plenário o senador, lembrando que os condenados na Ação 470 tiveram amplo direito de defesa.

Agripino recordou que a maioria dos ministros do STF foi nomeada por governos do

PT, partido de Lula, e que, se o critério do julgamento do mensalão fosse meramente político, os réus teriam sido absolvidos, não condenados. O senador classificou as declarações de Lula como “um desrespeito ao STF”.



Para o senador, o ex-presidente “definitivamente surtou”

## Senadores poderão escolher novo ministro do TCU esta semana

O novo ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) poderá ser escolhido esta semana. Concorrem ao cargo os consultores do Senado Bruno Dantas, indicado pela base do governo, Fernando Moutinho, apoiado pela oposição, e o auditor do TCU Sérgio da Silva Mendes, indicado por Vicentinho Alves (SDD-TO).

Consultor legislativo desde 2003, Bruno Dantas é graduado em direito, com especialização em direito civil e mestrado e doutorado em direito processual civil. Ele já representou o Senado no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e no Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Também é professor universitário.

Fernando Moutinho Ramalho Bittencourt é consultor de Orçamentos desde 2006. Foi auditor do TCU por 11 anos. Bacharel em economia, com especializações em auditoria e ciência política e mestre em auditoria, é professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e do Instituto Legislativo Brasileiro.

Sérgio da Silva Mendes trabalha no TCU há mais de 20 anos, onde foi auditor, diretor, consultor jurídico e assessor. É graduado e mestre em direito, bacharel em administração e doutor em filosofia. É professor de ensino superior.

O escolhido ainda terá que ser aprovado pela Câmara dos Deputados.

## Isenção de PIS para importadores de álcool deve ser votada hoje

A comissão mista que analisa a Medida Provisória 634/2013, que isenta os importadores de álcool do pagamento de PIS-Pasep-Importação e Cofins-Importação até 2016, vota hoje o relatório de Eunício Oliveira (PMDB-CE). No dia 22, José Pimentel (PT-CE), informou que, em razão de acordo de líderes, foi concedido um prazo maior para Eunício terminar o texto.

A MP, que vence em 2 de junho, também acaba com o crédito presumido instituído pela Lei 12.859/2013 nos casos de revenda de álcool adquirido no mercado interno. O texto recebeu 79 emendas de deputados e senadores.

Pela proposta, pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real poderão optar pela

aplicação de parte do Imposto de Renda em projetos dos Fundos de Investimentos do Nordeste (Finor) e da Amazônia (Finam). A regra vale até 2017 e é restrita aos projetos aprovados e em implementação até maio de 2001.

De acordo com o Executivo, as regras devem diminuir a arrecadação federal em R\$ 927 milhões até 2016. Só este ano, a renúncia chegará, estima o governo, a R\$ 289,27 milhões.



Eunício ganhou mais prazo para apresentar o relatório da MP

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



### PLENÁRIO Pauta trancada

**14h** A pauta da sessão plenária está trancada por quatro medidas provisórias.

### PRESIDÊNCIA Reunião da Mesa

**11h** O senador Renan Calheiros participa de reunião da Mesa. Às 16h, preside a ordem do dia da sessão plenária.

### CMA Bancos de dados e cadastros

**8h30** Na pauta da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, projeto que dispõe sobre a natureza, a finalidade e o acesso às informações dos bancos de dados e cadastros relativos a consumidores.

### CCJ Reforma do Código Penal

**9h** Audiência pública na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para instruir o projeto que trata da reforma do Código Penal e as matérias a ele anexadas. Está convidado Guilherme Calmon Nogueira da Gama, do Conselho Nacional de Justiça.

### CCT Banda larga 4G

**9h** A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática realiza audiência pública sobre a alocação da banda de frequência em 700Mhz e a elaboração do edital de licitação para os serviços de banda larga móvel de quarta geração.

### CAE Crédito de R\$ 1,3 bi para São Paulo

**10h** Na pauta, autorização de crédito externo para São Paulo; texto que institui o Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação; o que obriga concessionária de serviços públicos a divulgar demonstrações financeiras; e o que cria áreas de livre comércio em Corumbá e Ponta Porã (MS).

### CDH Reinserção familiar

**11h** A Comissão de Direitos Humanos analisa proposta que prevê tentativas de reinserção familiar da criança ou do adolescente antes da adoção no ECA.

### CE Combate ao bullying

**11h** A Comissão de Educação analisa a utilização de papel reciclado nos livros distribuídos pelo MEC e projeto que institui programa de combate ao bullying.

### CMMC Audiência pública

**14h30** A Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas faz audiência com o secretário do Ministério da Ciência e Tecnologia Carlos Nobre e Suzana Kahn, do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas.

### CMO Debate sobre a LDO

**15h** A Lei de Diretrizes Orçamentárias é tema de audiência da Comissão Mista de Orçamento. A ministra do Planejamento, Miriam Belchior, participa do debate no Plenário 2 da Câmara dos Deputados.

## SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



## RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das **8h30**, a reunião da **Comissão de Meio Ambiente**; e às **10h**, a reunião da **Comissão de Assuntos Econômicos**. Às **14h**, transmissão da **sessão plenária**. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: [www.senado.leg.br/radio](http://www.senado.leg.br/radio).

## TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **10h**, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, **reunião da Comissão de Assuntos Econômicos**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

# Ação civil pública também pode ser usada para proteger minorias

Com a sanção de projeto aprovado pelo Senado, o instrumento jurídico poderá ser aplicado em defesa de grupos raciais, étnicos e religiosos

JÁ ESTÁ EM vigor a lei que permite o uso de ações civis públicas para crimes contra a honra e a dignidade de grupos raciais, étnicos e religiosos (Lei 12.966/2014). A ação civil pública é um instrumento do processo civil previsto na Constituição para defender interesses difusos e coletivos. É regulamentada pela Lei 7.347/1995.

A nova lei tem como origem um projeto apresentado em 1997 pelo então senador Abdias Nascimento, morto em 2011. À época, Abdias defendeu a necessidade de proporcionar às minorias um instrumento ágil e eficaz para enfrentar as manifestações de racismo e discriminação.

O relator do projeto na Comissão de Constituição e Justiça, José Pimentel (PT-CE),



J. Freitas/Agência Senado

O projeto, do ex-senador Abdias Nascimento, recebeu no Senado parecer favorável de José Pimentel e virou lei

argumentou que a proteção a grupos raciais, étnicos e religiosos pela ação civil pública pode evitar a perseguição dos “grupos minoritários, frequentemente acudados socialmente e sub-represen-

tados politicamente”.

Antes da sanção da lei, a ação civil pública poderia ser usada nos casos de dano ao meio ambiente; ao consumidor; a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico,



Gerardo Magalhães/Agência Senado

turístico e paisagístico; à ordem urbanística e econômica; e a qualquer outro interesse difuso ou coletivo.

O projeto, agora transformado em lei, foi aprovado pelo Senado em 19 de março.

## Aposentadoria para policial mulher vai a sanção

Está nas mãos da presidente Dilma Rousseff a possibilidade de a policial mulher se aposentar depois de 25 anos de contribuição ao INSS. O projeto que dispõe sobre o benefício foi aprovado na Câmara dos Deputados no último dia 22 e, como já havia passado pelo Senado, seguiu para a sanção presidencial.

A proposta, apresentada em 2001 pelo então senador Romeu Tuma, estabelece ainda que, para se aposentar com 25 anos de contribuição, a mulher deve ter pelo menos 15 anos de exercício de cargo de natureza estritamente policial. As regras mudam a Lei Complementar 51/1985.

De acordo com as normas vigentes, os policiais — tanto

homens quanto mulheres — podem se aposentar com salário integral após 30 anos de serviço, com no mínimo 20 anos no cargo. Além disso, são aposentados compulsoriamente com proventos proporcionais ao tempo de

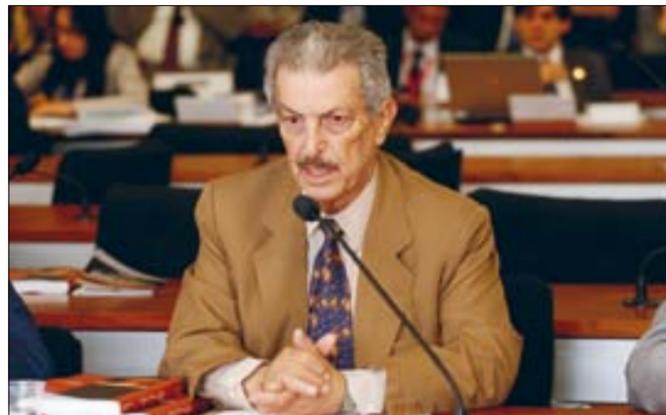
serviço aos 65 anos de idade.

As entidades de classe dos policiais comemoraram a aprovação da proposta. Para a Federação Nacional dos Policiais Federais, as mulheres policiais “obtiveram uma enorme vitória”. Já a Federação

Nacional dos Policiais Rodoviários Federais destacou o trabalho das mulheres policiais para “conquistar essa vitória para as servidoras policiais de todo o país”.

A procuradora da Mulher no Senado, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), torce para que o projeto que possibilita à mulher policial se aposentar após 25 anos de contribuição seja sancionado sem vetos.

Em entrevista à Agência Câmara, o líder do governo na Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia (PT-SP), disse que a proposta pode abrir precedente para outras categorias reivindicarem o mesmo benefício, com comprometimento do caixa da Previdência Social.



Cristina Gallo/Agência Senado

Romeu Tuma apresentou a proposta para aposentadoria especial em 2001

## MP que prorroga Comissão da Verdade está na pauta de hoje

A comissão mista que analisa a Medida Provisória 632/2013, que prorroga por sete meses o prazo de funcionamento da Comissão Nacional da Verdade (CNV), pode votar hoje o parecer do relator, senador Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP).

A Lei 12.528/2011, que criou a comissão para esclarecer as violações de direitos humanos durante a ditadura militar, prevê o fim das atividades do colegiado dois anos depois da sua instalação, que se completam em maio.

A MP também aumenta salários de servidores das agências reguladoras e de órgãos federais, além de alterar

o regime dos servidores (Lei 8.112/1990) e prorrogar contratos temporários de ministérios.

A reunião será realizada no Plenário 9 da Ala Alexandre Costa, no Senado, a partir das 15h.

(Da Agência Câmara)



Moreira Menezes/Agência Senado

Antonio Carlos Rodrigues é relator do projeto de conversão da MP

## Senadores avaliam texto que cria programa de combate a bullying

A Comissão de Educação e Cultura (CE) examina hoje projeto que cria o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (*bullying*). A proposta define como *bullying* “todo ato de violência física ou psicológica, intencional e repetitivo que ocorre sem motivação evidente, praticado por indivíduo ou grupo, contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidá-la ou agredi-la, causando dor e angústia à vítima, em uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas”. A intimidação na internet (*cyberbullying*) também entra nessa categoria.

O projeto (PLC 68/2013),

do deputado Vieira da Cunha (PDT-RS), estipula que o programa fundamentará as ações dos órgãos de educação e determina que é dever das escolas prevenir e combater o *bullying*.

Ao dar voto favorável à matéria, a senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) destacou que a proposta não toma o caminho mais polêmico do direito penal, mas insiste na educação e que é preciso um esforço coletivo em favor da difusão de “um clima de paz e de tolerância, com a aceitação das diferenças”.

Após a CE, o projeto será apreciado pela Comissão de Direitos Humanos (CDH).

## Vanessa pede à Câmara a regulamentação dos direitos dos domésticos

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) lembrou ontem o Dia do Trabalhador Doméstico, comemorado em 27 de abril.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Ela disse esperar que a Câmara dos Deputados vote ainda nesta semana o projeto que regulamenta a emenda constitucional que ampliou os direitos desses trabalhadores, promulgada em 2013.

A parlamentar lembrou ainda que, assim que a emenda constitucional foi promulgada, o Senado aprovou um projeto regulamentando a matéria (PLS 224/2013 — Complementar), que aguarda, agora, a votação na Câmara.

Vanessa reconheceu que o projeto aprovado pelo Senado não é perfeito, mas disse ser importante que a Câmara aprove a proposta sem mudanças, uma vez que ela saiu do Senado já com esses direitos assegurados aos trabalhadores domésticos.

— Seria importante que pudéssemos dar esse presente aos trabalhadores domésticos do Brasil no seu dia — disse a senadora.

## Acir Gurgacz comemora anúncio de cursos de medicina em Rondônia

Acir Gurgacz (PDT-RO) comemorou em Plenário o anúncio de que o Ministério da Educação poderá autorizar a abertura de um curso de medicina em Ji-Paraná, em Rondônia. Outro curso poderá ser aberto em Cacoal, no mesmo estado.



Waldemir Barreto/Agência Senado

— Será um avanço, pois vai reduzir a saída de estudantes e profissionais do estado.

Gurgacz afirmou que Rondônia tem apenas 1 médico para cada 1.250 habitantes, quando a média recomendada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) é de 1 médico para cada 1.000 habitantes. A maior parte deles está concentrada na capital e, no interior, a situação está sendo amenizada pelo Programa Mais Médicos. Porém, ressaltou, o programa é emergencial e é preciso incentivar a formação de médicos no país.

Gurgacz também informou que o governo de Rondônia estimou em mais de R\$ 5 bilhões o custo da reconstrução do estado após a cheia histórica do Rio Madeira.

Resolução do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, vinculado à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, considera abusiva e ilegal qualquer publicidade voltada para crianças. De acordo com a norma, publicada em 4 de abril, a mensagem pode continuar existindo, mas tem que ser dirigida exclusivamente para adultos

# Medida proíbe publicidade dirigida ao público infantil

Juliana Steck

NO INÍCIO DO mês, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) considerou abusiva toda publicidade direcionada a crianças. A propaganda de produtos infantis pode continuar existindo, mas — desde 4 de abril, quando a Resolução 163 foi publicada no *Diário Oficial da União* — a mensagem tem que ser dirigida aos adultos. O texto da norma diz que “a prática do direcionamento de publicidade e comunicação mercadológica à criança com a intenção de persuadi-la para o consumo de qualquer produto ou serviço” é abusiva e, portanto, ilegal.

Para o Conanda, órgão vinculado à Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República e composto por entidades da sociedade civil e do governo federal, a publicidade infantil fere a Constituição, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA — Lei 8.069/1990) e o Código de Defesa do Consumidor (CDC — Lei 8.078/1990). O artigo 37 do CDC, por exemplo, considera abusiva, entre outras, “a publicidade que se aproveite da deficiência de julgamento e de experiência da criança ou que



Falta de capacidade da criança de discernir propaganda e programação normal é um dos argumentos dos que defendem a medida

seja capaz de induzir o consumidor a se comportar de forma prejudicial ou perigosa à saúde”. Na Constituição, o artigo 227 diz que “é dever da família, da sociedade e do Estado” assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, seus direitos e colocá-los a salvo de toda forma de negligência,

discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. E o artigo 17 do ECA prevê o direito ao respeito, abrangendo, entre outros, a inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral.

— A partir de agora, temos que fiscalizar as empresas para que redirecionem ao público

adulto toda a comunicação mercadológica que hoje tem a criança como público-alvo. A resolução é um marco histórico para a proteção dos direitos da criança no Brasil — afirma Pedro Affonso Hartung, conselheiro do Conanda e advogado do Instituto Alana, entidade civil que atua na área de educação,

cultura e assistência social.

A responsabilidade pela observância das normas de conduta estabelecidas no CDC, como a proibição de divulgação de publicidade ou comunicação mercadológica abusiva ou enganosa, cabe ao anunciante, à agência de propaganda e ao veículo de comunicação.

## Onde não pode

Além dos itens abaixo, também é considerada abusiva qualquer publicidade e comunicação mercadológica no interior de creches e escolas de educação.

- Anúncios impressos
- Comerciais televisivos
- Spots de rádio
- Banners e sites
- Embalagens
- Promoções
- Merchandising
- Ações em shows, apresentações e em pontos de venda

## Como saber

Os aspectos que caracterizam a ilegalidade são:

- Linguagem infantil, efeitos especiais e excesso de cores
- Trilhas sonoras de músicas infantis ou cantadas por vozes de criança
- Representação de criança
- Pessoas ou celebridades com apelo ao público infantil
- Personagens ou apresentadores infantis
- Desenho animado ou de animação
- Bonecos ou similares
- Promoção com distribuição de prêmios ou de brindes colecionáveis ou com apelos ao público infantil
- Promoção com competições ou jogos com apelo ao público infantil

## Senadora diz que crianças não estão preparadas

A coordenadora no Senado da Frente Parlamentar em Defesa da Criança e do Adolescente, Lídice da Mata (PSB-BA), considera a resolução do Conanda um importante avanço e diz que é fundamental um maior controle da publicidade voltada ao público infantil, “considerando que se trata de público cada vez mais influenciado pelos meios de comunicação, principalmente a TV e a internet”.

— A resolução do Conanda se refere a uma restrição do poder de persuasão comercial junto a este público. O importante é garantir maior proteção a crianças e adolescentes, coibindo abusos, seja na publicidade ou em outras áreas, que possam ferir ou violar seus direitos fundamentais. As diretrizes do Conanda têm respaldo em princípios expressos no artigo 227 da Constituição. Assim, não se trata de proibir toda e qualquer publicidade, mas destiná-las ao público adulto, a quem cabe o poder de decisão — disse.

A senadora considera que as crianças não estão preparadas psicologicamente para absorver e assimilar tamanha “onda de consumismo” e afirma que o mercado vai adaptar-se e tornar-se cada vez mais compreensivo, responsável e atento às necessidades de crianças e adolescentes, sem explorar sua fragilidade. Ela também rebate o argumento das notas divulgadas pelas empresas de comunicação (*leia matéria abaixo*).

— Não vejo necessidade de o tema ser regulamentado pelo Legislativo, embora existam vários projetos tramitando e o assunto seja recorrente em diversos debates. Mas é importante frisar que o Conanda possui, sim, competência para elaborar normas sobre proteção da criança. Assim, a Resolução 163/2014 possui força normativa e vinculante. Seu cumprimento é integral e obrigatório e deve ser fiscalizado pelos agentes sociais e estatais — garante Lídice.



Jose Coutinho/Agência Senado

## Propostas no Senado buscam regulamentação

Projetos com o objetivo de regulamentar ou mesmo proibir a publicidade voltada diretamente ao público infantil estão em tramitação no Congresso. Alguns deles:

- ▶ O PLS 282/2010 visa dispor, no Código de Defesa do Consumidor, ser abusiva a publicidade de alimentos que induzam o público infantil a padrões incompatíveis com a saúde, especialmente produtos que contenham quantidades elevadas de açúcar, sódio, gordura saturada e trans; que contenham quantidades insuficientes de teor nutricional; e outros definidos pela autoridade sanitária. De autoria da Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA), a proposta passou pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) e encontra-se pensada a outros projetos em análise pela Comissão de Modernização do Código de Defesa do Consumidor.
- ▶ De Wellington Dias (PT-PI), o PLS 50/2014 acrescenta no Estatuto da Criança e do Adolescente referência à Convenção sobre os Direitos da Criança, da Organização das Nações Unidas (ONU). Entre outras medidas, o projeto proíbe que a publicidade dirigida a crianças de até 6 anos de idade de alimentos e bebidas pobres em nutrientes e com alto teor de açúcar, gorduras saturadas ou sódio (conforme as especificações da Anvisa) seja veiculada no horário entre as 8h e as 20h. A proposta encontra-se na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e, em seguida, vai para a análise da CDH, em decisão terminativa.
- ▶ Mudanças no Estatuto da Criança e do Adolescente também estão previstas no PLS 493/2013, de Eduardo Amorim (PSC-SE). O projeto regulamenta a emissão de conteúdos voltados ao público infantil-juvenil, proíbe a publicidade direcionada a crianças no horário diurno (das 7h às 21h) e inclui na proibição a publicidade implícita veiculada em programa ou espetáculo dirigido ao público infantil. Encontra-se na CMA com o relator, Alvaro Dias (PSDB-PR). Segue ainda para a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), depois para a CCJ e, em decisão terminativa, para a CDH.
- ▶ O projeto de Amorim tramita em conjunto com PLS 360/2012, de Vital do Rêgo (PMDB-PB), que altera o CDC para disciplinar as hipóteses em que a publicidade dirigida a crianças e adolescentes é proibida. Estabelece que a publicidade destinada ao consumo do produto ou serviço por criança ou adolescente deverá: contribuir para o desenvolvimento positivo da relação entre pais e filhos, aluno e professor e demais relacionamentos que envolvam a criança ou adolescente; respeitar a dignidade, ingenuidade, credulidade, inexperiência e sentimento de lealdade da criança ou do adolescente; dar atenção especial à característica psicológica da criança ou do adolescente, tendo em vista a menor capacidade de discernimento; obedecer a cuidado que evite distorção psicológica no modelo publicitário e na criança ou adolescente; e evitar o estímulo a comportamento socialmente condenável.

## Instituições de defesa da infância apoiam medida

A proibição da publicidade voltada ao público infantil é uma reivindicação antiga de organizações que defendem os direitos das crianças. Em audiência no Senado feita há exatamente um ano pela Comissão de Modernização do Código de Defesa do Consumidor, a diretora de Defesa do Instituto Alana, Isabella Henriques, disse que até os 6 anos a criança não sabe distinguir a publicidade do conteúdo do programa infantil. Segundo ela, a publicidade explora a “inocência e a ausência de capacidade de julgamento”.

— Se a criança não pode comprar nada, já que é considerada incapaz, como admitir uma engrenagem publicitária tão persuasiva dirigida a ela? — questionou.

A tesoureira da Associação Brasileira para Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica, Maria Edna de Melo, defendeu a proibição à publicidade de alimentos dirigida a menores. Ela citou pesquisa demonstrando que aumento de 25 minutos na exposição semanal a propagandas leva a criança a ingerir 1,4% mais calorias.

— Criança é altamente influenciável. Banir uma publicidade direcionada significa protegê-la. A publicidade pode não ser a única culpada, mas contribui — advertiu.

Em 2010, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) editou a Resolução 24 sobre propaganda e práticas semelhantes para divulgar e promover o comércio de alimentos com quantidades elevadas de açúcar, de gordura saturada, de gordura trans, de sódio e de bebidas com baixo teor nutricional. A resolução, porém, está suspensa

por força de liminar obtida pela Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação (Abia). Para o professor da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) Edgard Rebouças, a total proibição de propagandas de produtos e serviços dirigidas a menores de 12 anos não causaria a quebra de emissoras, agências de publicidade ou empresas de produtos infantis. Em 2012, segundo ele, foram gastos no Brasil R\$ 94 bilhões em veiculação publicitária, 7,5% a mais do que em 2011.

— As publicidades de alimentos infantis representam apenas 3,3% desse total; as publicidades de brinquedos respondem por 0,8%. Ou seja, o banimento completo da publicidade de tabaco teve um impacto muito maior e ninguém quebrou, nem os fabricantes de cigarro.

Rebouças defendeu a publicidade infantil feita com regulamentação, como ocorre em outros países.

— Não tem nada a ver com censura. É uma questão de interesse público — afirmou o professor.

## Entidades não reconhecem legitimidade da decisão

Dias após a publicação da resolução, entidades do mercado publicitário e de mídia emitiram uma nota pública afirmando que “reconhecem o Poder Legislativo, exercido pelo Congresso Nacional, como o único foro com legitimidade constitucional para legislar sobre publicidade comercial”.

No texto, a Associação Brasileira de Anunciantes (ABA), a Associação Brasileira de Agências de Publicidade (Abap), a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), a Associação Nacional de Jornais (ANJ), a Associação Brasileira de Radiodifusores (Abra), a Associação Brasileira de Rádio e Televisão (Abratel), a Associação Brasileira de TV por Assinatura (Abta), a Associação Nacional de Editores de Revistas (Aner) e a Central de Outdoor consideraram que “a autorregulamentação exercida pelo Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar) é o melhor — e mais eficiente — caminho para o controle de práticas abusivas em matéria de publicidade comercial”.



Em audiência pública no ano passado, Edney Narchi explica a posição do Conar ao lado dos senadores Rollemberg e Ferraz

Em audiência no Senado no ano passado, Alexandre Jobim, conselheiro da Abert, considerou que a legislação atual já oferece mecanismos para o Estado e os pais exercerem a proteção à criança, que é considerada hipossuficiente pela legislação.

— A criança está cada vez mais exercendo sua evolução intelectual, sabendo o que é certo e o que é errado com base na informação que recebe.

Edney Narchi, um dos vice-presidentes do Conar, disse na audiência que “não se pode admitir a formação de guetos normativos divorciados do CDC e das iniciativas de autorregulamentação, que, desde o início, procuraram uma intervenção mínima na ordem econômica e a desjudicialização dos conflitos”.

Ele informou que, em 2012, o Conar abriu 29 processos para avaliar abusos e as agências, veículos e anunciantes firmaram um acordo de não expor mais o público infantil à técnica do merchandising (a publicidade “disfarçada” no meio de uma cena ou diálogo de um programa).

## Criador da Turma da Mônica leva o tema às redes sociais

Uma postagem feita no Instagram pelo desenhistas, escritor e empresário Maurício de Sousa, dia 11, gerou polêmica na internet. O criador da Turma da Mônica publicou foto de uma menina segurando um cartaz com as palavras: “Tenho direito de assistir à publicidade infantil. A televisão não é só para adultos. Alguém sabe quais produtos infantis foram lançados esses dias?”

A publicação gerou protestos pelo uso de uma criança.

Horas depois, ele apagou a foto e se retratou. Em 2012, *O Estado de S. Paulo* divulgou que a Turma da Mônica faturava R\$ 2,7 bilhões por ano, com mais de 3 mil produtos licenciados.

— Fiz por impulso, mas isso gerou uma série de interpretações errôneas. Há mais de 40 anos, minha empresa faz, sim, publicidade de produtos que levam a marca dos meus personagens. Sempre de maneira responsável e criteriosa.

## Saiba mais

**Conanda — Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, vinculado à Secretaria Especial de Direitos Humanos**  
http://www.sdh.gov.br

**Comissão de Modernização do Código de Defesa do Consumidor do Senado**  
http://bit.ly/CTRCDC

**Resolução 163 do Conanda**  
http://bit.ly/resolucao163

**Nota pública das entidades que congregam a categoria econômica da comunicação social**  
http://bit.ly/notaPublicidadeInfantil

**Conar — Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária**  
http://www.conar.org.br

**Documentário Criança, a Alma do Negócio, de Estela Renner**  
http://bit.ly/docCrianca

**Instituto Alana**  
http://alana.org.br

**Portal do Consumidor (Procons)**  
http://bit.ly/ondeReclamar

Veja esta e outras edições do **Especial Cidadania** em [www.senado.leg.br/especialcidadania](http://www.senado.leg.br/especialcidadania)



Para Edna, banir a publicidade infantil protege a criança. Isabella diz que a inocência desse público não pode ser explorada



Mirica Kolumbe/Agência Senado



Marcelo Bruto Correia (E), Fernando Collor e José Carneiro Neto em audiência sobre investimentos em infraestrutura

## Obras paradas afastam investidores, diz debatedor

Em audiência na Comissão de Infraestrutura, participante pede mais compromisso do governo com as obras públicas, e representante de ministério diz que país precisa avançar na qualidade dos projetos

ONÃO CUMPRIMENTO das promessas feitas pelo governo brasileiro na área de infraestrutura é um dos grandes entraves para os investimentos em obras públicas no Brasil. A afirmação é do professor da Universidade de Brasília (UnB) José Carneiro da Cunha Oliveira Neto, que participou de audiência na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) sobre o tema “Gestão de investimentos, planejamento integrado e políticas públicas”.

Carneiro disse que a grande quantidade de obras públicas inacabadas no Brasil espanta os investidores privados, já que os empresários têm zelo com o destino do próprio capital e não arriscam injetar dinheiro nas obras anunciadas pelo governo. Ele citou como exemplo o não cumprimento das obras nos aeroportos para a realização da Copa do Mundo e disse que a postura do governo prejudica também a economia do país.

— O governo tem que ganhar

essa credibilidade. A infraestrutura tem que ter começo, meio e fim. Se para no meio, não gera nenhum impacto efetivo em termos de crescimento e desenvolvimento econômico.

O professor também apontou a falta de conhecimento no país para realização de parcerias público-privadas (PPPs) e dos procedimentos de manifestação de interesses (PMIs). Segundo ele, não há tecnologia nos órgãos de controle brasileiros ou nas grandes empreiteiras para calcular os custos de uma PPP e a regulamentação em relação às PMIs ainda não está clara.

O presidente da CI, Fernando Collor (PTB-AL), autor do requerimento da audiência, disse que a falta de mão de obra especializada tanto no nível técnico quanto no nível de terceiro grau também gera impacto negativo na infraestrutura no Brasil.

O diretor de Infraestrutura de Logística da Secretaria do

Programa de Aceleração do Crescimento (Sepac), Marcelo Bruto da Costa Correia, representante do Ministério do Planejamento, afirmou que o país ainda precisa avançar no que se refere ao desenvolvimento de projetos de qualidade, por parte dos estados e municípios, para a realização de obras.

Ele afirmou que a instituição do Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) foi um avanço para diminuir a burocracia e agilizar as licitações, mas não resolveu o problema da dificuldade de contratar projetos de qualidade. Também defendeu a necessidade de avanço na legislação sobre seguro-garantia no RDC para que a empresa contratada entregue a obra no prazo.

Correia disse que o problema de investimentos no setor envolve ainda a necessidade de melhoria da gestão dos recursos, dos ambientes desses investimentos e da regulamentação.

## Comissão analisa incentivo ao transporte coletivo

Na pauta de amanhã da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), está o PLS 440/2013, de Acir Gugacz (PDT-RO), que reduz a zero as alíquotas da contribuição social para o PIS-Pasep e da Contribuição para o Financia-

mento da Seguridade Social (Cofins) sobre as receitas do transporte que liga municípios pertencentes a aglomerações urbanas e regiões integradas de desenvolvimento econômico (Rides). Hoje tal benefício está previsto somente para os

transportes coletivos municipal e metropolitano.

O relator, Ciro Nogueira (PP-PI), mostrou-se favorável à proposta e lembrou que, após as manifestações populares de 2013, o tema mobilidade urbana tornou-se prioritário.

## Fernando Collor vê absolvição pelo STF como resgate histórico

Ao comentar decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que o absolve de acusações a ele imputadas, Fernando Collor (PTB-AL) — afastado da Presidência da República em 1992 — disse que experimentou um grande sofrimento ao “reviver em toda a sua extensão a tortura, a angústia e o sofrimento de quem é agredido meses a fio” e que, além disso, “teve de suportar as agruras de acusações infundadas e a condenação antes mesmo de qualquer julgamento”.

Segundo ele, a decisão, tomada por unanimidade na quinta-feira em relação a denúncias de corrupção passiva, falsidade ideológica e peculato, não só alivia 23 anos de angústias como também permite reescrever a história do país no período em que, na Presidência, implantou “medidas estruturantes”, como abertura comercial e quebra de monopólios. Sem elas, disse, seria impossível a estabilização.

— Estou absolvido de todas, absolutamente todas as acusações. Estou inocentado de todas as delações. A ninguém é mais dado o direito, salvo por reiterada má-fé, de dizer o contrário. Todavia, depois de mais de duas décadas, cabe agora perguntar: quem poderá me devolver tudo aquilo que perdi, a começar pelo meu mandato presiden-

cial? — questionou.

Para o senador, o julgamento possui “o mérito e a virtude de passar a limpo o país”. Na opinião dele, seu período presidencial (1990–1992) foi um dos mais importantes da República, pois “consolidou o processo de redemocratização por meio da primeira eleição direta para presidente, após 25 anos de governo sob um estado de exceção”.

A decisão, a seu ver, permitirá mais do que o resgate da justiça e da imagem de um homem público, mas também a “reflexão da sociedade sobre a verdade dos fatos e, em particular, de uma geração de jovens que tão somente ouviram inverdades ou estudaram em livros tendenciosos”. O tribunal também o absolveu, no mé-

rito, de outros dois crimes, mesmo prescritos.

— Ou seja, mesmo nesse caso, a maioria julgou pela absolvição completa. Não houve, nos 16 votos proferidos nas duas votações, nenhum voto pela minha condenação em relação aos três crimes de que me acusava o Ministério Público. E não poderia ser diferente.

Collor encerrou lembrando o dramaturgo alemão Bertold Brecht, para quem “a verdade avança e nada a deterá”.

— É o caso exemplar do ditado *vincit omnia veritas*, ou seja, a verdade tudo vence.

**Senador exalta decisão e questiona: “Quem poderá me devolver tudo aquilo que perdi?”**

## Senado debate leilão da faixa de 700 MHz para a internet 4G

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) ouvirá hoje, em audiência pública, representantes do Ministério das Comunicações sobre o leilão da faixa de frequência de 700 MHz para serviço de internet 4G. A partir de sexta-feira, o edital vai estar disponível para consulta pública por 30 dias no site da Agência Nacional de Teleco-



Genaldino Miguez/Agência Senado

municações (Anatel).

Junto com o edital, vai ser discutido o regulamento de convivência entre o 4G e as emissoras de TV. Entre outras questões, os senadores querem

saber se haverá interferência na TV. Vital do Rêgo (PMDB-PB, foto) requereu o debate, junto com Zeze Perrella (PDT-MG), Walter Pinheiro (PT-BA) e Cícero Lucena (PSDB-PB).

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros

**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana

**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá

**Primeiro-secretário:** Flexa Ribeiro

**Segunda-secretária:** Ângela Portela

**Terceiro-secretário:** Ciro Nogueira

**Quarto-secretário:** João Vicente Claudino

**Suplentes de secretário:**

Magno Malta, Jayme Campos,

João Durval, Casildo Maldaner

**Diretor-geral:** Helder Rebouças

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor:** Davi Emerich

**Diretor-adjunto:** Flávio de Mattos

**Diretor de Jornalismo:** Eduardo Leão

### AGÊNCIA SENADO

**Coordenador:** Marco Antonio Reis (61) 3303-3327

**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Sheyla Assunção

**Edição:** Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

**Site:** [www.senado.leg.br/noticias](http://www.senado.leg.br/noticias)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

**Órgão de divulgação do Senado Federal**

**Coordenador:** Flávio Faria (61) 3303-3333

**Editor-chefe:** Sílvio Burle

**Editores:** André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Thâmara Brasil

**Diagramação:** Ronaldo Alves e Sandro Alex

**Revisão:** Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

**Coordenação de fotografia:** Paula Cinquetti

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional visitou obras para a Copa na capital paranaense e disse acreditar na conclusão do trabalho a tempo e nos benefícios futuros à população

Divulgação/Cabinete do Senador Antonio Carlos Valadares



Valadares (4º à esq.) e deputados visitam canteiro de obras da Arena da Baixada, que irá sediar quatro partidas da Copa

## Valadares vê legado da Copa positivo em Curitiba

O SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE), presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado (CDR), visitou ontem as obras da Arena da Baixada, em Curitiba, que será uma das sedes da Copa do Mundo. Ele foi acompanhado pelos deputados federais Valadares Filho (PSB-SE), Danrlei de Deus Hinterholz (PSD-RS), Rubens Bueno (PPS-PR) e Renato Molling (PP-RS), presidente da Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados.

Depois da visita, os parlamentares manifestaram preocupação com o andamento das obras (98% foram concluídos), mas disseram acreditar que tudo estará pronto até 21 de maio, quando o estádio será entregue oficialmente à Fifa.

As obras da Arena da Baixada custarão R\$ 330 milhões, que foram divididos entre o governo do estado do Paraná, a Prefeitura de Curitiba e a CAPS.A., empresa criada pelo Clube Atlético Paranaense para administrar a construção. A obra conta com empréstimos do BNDES, repassados via Fomento Paraná.

O estádio terá capacidade para 43 mil pessoas e funções multiuso, com espaços

apropriados para eventos esportivos, culturais, religiosos e políticos, oferecendo ao povo curitibano uma moderna opção de lazer, recreação e turismo.

Para Antonio Carlos Valadares, a relação custo-benefício da Arena da Baixada é uma das melhores do país.

— Esse é o estádio mais barato do Brasil e está completamente adaptado, adequado e integrado à população de Curitiba, ampliando a oferta de espaços de esporte, lazer e cultura para os curitibanos, além de ser um dos melhores do país — afirmou o senador.

### Aeroporto

A comitiva de parlamentares visitou também as obras de reforma e ampliação do Aeroporto Internacional Afonso Pena. O superintendente do aeroporto, Antonio Pallu, explicou que as obras integram o PAC e foram iniciadas em 2010. Para a fase da Copa, afirmou Pallu, serão concluídas a ampliação do pátio de aeronaves, a restauração das pistas de pouso e decolagem e a ampliação do terminal de passageiros, com a instalação de mais duas pontes de embarque, ampliando a capacidade

do aeroporto dos atuais 7,9 milhões de passageiros ao ano para 8,5 milhões de passageiros ao ano. Na segunda fase, serão realizadas a reforma e a ampliação do terminal de cargas e a construção de uma nova pista de pouso e decolagem de aeronaves, com previsão de conclusão para dezembro de 2015. O custo da ampliação do terminal de passageiros será de R\$ 246,7 milhões e o da restauração da pista de pouso e decolagem, de R\$ 19,06 milhões.

Os parlamentares ouviram, ainda, os planos para a recepção e promoção turística de Curitiba e do Paraná, apresentados pela presidente da Paraná Turismo, Juliana Vosnika, e pela diretora do Departamento de Turismo do Instituto Municipal de Turismo de Curitiba, Cristiane Santos. A expectativa é de que a cidade receba, para os quatro jogos da Copa que lá serão realizados, 160 mil turistas estrangeiros e 600 mil brasileiros, o que deve gerar retorno financeiro de cerca de R\$ 2,5 bilhões.

Valadares considerou que a visita da comitiva foi animadora e disse acreditar que, em Curitiba, o legado da Copa será positivo.

## Metas para Orçamento de 2015 serão debatidas com ministra

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) promove hoje, às 15h, audiência pública com a ministra do Planejamento, Miriam Belchior. Deputados e senadores debaterão com a ministra o Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2015. Antes, às 14h30, a comissão faz reunião ordinária com quatro itens na pauta.

A audiência pública com o titular da pasta do Planejamento é realizada todos os anos para que o governo federal apresente o projeto da LDO aos parlamentares e receba críticas, sugestões e dúvidas. A palestra é uma determinação da Resolução 1/2006 do Congresso Nacional, que disciplina os trabalhos da CMO.

Neste ano, o debate deverá incluir as emendas parlamentares de execução obrigatória,

também conhecidas como impositivas. No ano passado, por acordo político, os parlamentares incluíram na LDO 2014 as emendas impositivas, porém o Executivo enviou a LDO 2015 ao Congresso sem mencioná-las no texto da proposta.

O presidente da CMO é o deputado Devanir Ribeiro (PT-SP). O senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) é o relator da proposta da LDO 2015. A relatoria da Lei Orçamentária Anual (LOA) é do senador Romero Jucá (PMDB-RR).

A audiência pública será feita em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, para que a ministra também preste esclarecimentos sobre as distorções na política salarial para a categoria dos militares da ativa e da reserva.



Miriam Belchior participará de audiência anual na Comissão de Orçamento

Alexandra Martins/CD

## Na pauta, crédito suplementar para o desenvolvimento urbano

Na reunião deliberativa, que acontece antes da audiência com a ministra, deputados e senadores podem avaliar o projeto (PLN 2/2014) que abre crédito suplementar de R\$ 113,8 milhões para a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, do Ministério das Cidades.

Os parlamentares aproveitaram para apresentar emendas beneficiando com recursos dezenas de municípios e estados. Entretanto, o voto do relator, deputado federal Waldenor Pereira (PT-BA),

é favorável à proposta e pela rejeição de 33 emendas, visto que implicariam alteração significativa do projeto, com “evidentes prejuízos às ações contidas nos programas de trabalho objeto do crédito”, como ressalta. Há ainda uma emenda inadmitida.

Também na pauta de votações estão três requerimentos, entre eles, um do deputado Ivan Valente (PSOL-SP), que solicita audiência pública para debater o corte orçamentário no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

## Luiz Henrique defende novo pacto federativo

Luiz Henrique (PMDB-SC) criticou ontem em Plenário a concentração de poder e de recursos na União. O senador defendeu o fortalecimento dos municípios, com um novo pacto federativo, que diminua o peso do poder federal. O parlamentar mencionou o livro *Se os Prefeitos Governassem o Mundo*, de autoria do cientista político norte-americano Benjamin Barber.

— O autor aborda a impotência dos governos centralizados e, por isso, distantes, em resolver os problemas



Waldemir Barreto/Agência Senado

do povo, vale dizer, do país, e demonstra que os governos municipais, próximos dos cidadãos, são muito mais capazes de governar com eficiência, caso disponham dos recursos que normalmente estão centralizados nos cofres federais — afirmou

Luiz Henrique.

O senador argumentou que a administração municipal custa menos e fornece maior eficiência. E lamentou que os municípios continuem sendo o “patinho feio” da distribuição orçamentária no Brasil.

## Figueiró reclama dos problemas no setor aéreo

Ruben Figueiró (PSDB-MS) reclamou dos problemas no setor aéreo em todo o país. O parlamentar relatou que, na quinta-feira, demorou 12 horas para chegar a Mato Grosso do Sul, em uma viagem que normalmente dura apenas uma hora e meia.

O senador disse que as empresas aéreas atendem mal e que o serviço de aeroporto, a cargo da Infraero, é precário. Ele acrescentou que Guarulhos (SP) e outros aeroportos enfrentam problema semelhante, com grande desorganização, e fez um apelo ao governo.



Waldemir Barreto/Agência Senado

— É preciso que a Infraero e o ministério competente tomem providências para melhorar ao menos um pouco a situação para que os brasileiros que precisam viajar tenham uma viagem tranquila — disse.

Figueiró também lamentou que apenas 7 dos 1.215 policiais rodoviários federais que estão em treinamento serão designados para Mato Grosso do Sul. O senador considerou esse número “um absurdo” e disse que o estado vai ficar com uma defasagem de 32 agentes.

# Drama de haitianos é discutido em Plenário

Senadores do Acre e de São Paulo comentam em pronunciamentos denúncias de que o estado do Norte estaria “deportando” imigrantes do país vizinho para o Sudeste

A CHEGADA DE milhares de imigrantes haitianos ao Brasil neste mês pelo Acre, geralmente em direção a São Paulo, gerou discursos ontem em Plenário de senadores dos dois estados. Jorge Viana (PT-AC) e Anibal Diniz (PT-AC) reagiram a críticas ao estado do Norte, enquanto Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que os imigrantes são recebidos da melhor forma em São Paulo. O drama dos haitianos se agravou em janeiro de 2010, quando um forte terremoto matou mais de 200 mil pessoas e deixou mais de 1,5 milhão de desabrigados.

Viana negou que o Acre esteja “deportando” haitianos para São Paulo, conforme foi divulgado na imprensa. Segundo ele, jornalistas tratam a questão de maneira equivocada, a partir de preconceito. O senador esclareceu que o governo do Acre há quase quatro anos presta ajuda humanitária a homens, mulheres e crianças que deixaram o Haiti devido ao terremoto.

— Eles estão vindo porque o governo brasileiro manifestou apoio. Muitos têm parentes aqui no Brasil, que vive uma fase de pleno emprego. No Acre não temos haitianos, eles passam pelo Acre — afirmou.

Há 20 dias, segundo Viana, 2,7 mil haitianos estavam em Brasileia, cidade com 10 mil habitantes. Ele disse que a concentração gerou conflitos e que a secretária da Justiça e



Imigrantes haitianos têm recebido refeições no Acre, segundo senadores acrianos, e em São Paulo, conforme senador paulista

da Defesa da Cidadania de São Paulo, Eloisa Arruda, deveria pedir desculpa ao governo do Acre e aos haitianos por dizer que o governador do Acre era um “coiote”.

— Hoje o Acre tem 270 haitianos. Tem dias em que chegam 80 imigrantes, sem aviso. Muitos ficam até dois meses. No começo, empresas iam buscá-los para trabalhar e o Acre tinha que dar café, almoço, janta, resolver problemas de documentação e dar assistência em saúde, sem nenhuma condição. Nós reclamamos. Quem tinha que assumir isso era a ONU e o governo brasileiro, e não o governo de um estado — afirmou.

O senador observou que a cheia do Rio Madeira agravou a situação dos imigrantes, muitos dos quais foram trans-

portados em aviões da Força Aérea Brasileira para outros estados da região amazônica.

— Uma parcela pequena pede socorro ao governo do Acre para ir para o Sul e aí o governo não pode negar apoio. Não dá para confundir atitude humanitária, honesta, decente, elogiável e invejável. O caso dos haitianos merece respeito, ação mais organizada do governo federal e um gesto solidário dos 27 governadores.

## Entendimento

Anibal afirmou que a acusação de Eloisa Arruda não tem cabimento e disse que o Acre, apesar de ser um dos estados mais pobres do Brasil, vem oferecendo a todos abrigo, alimentação e apoio para formalizar os documentos.

— Diariamente chegam

pela tríplice fronteira Brasil-Peru-Bolívia dezenas e até centenas de imigrantes. Com diálogo e entendimento, a questão deverá ser entendida como um desafio nacional, e não restrita a este ou aquele estado — disse o senador.

## Melhor forma

Suplicy afirmou que, conforme a Secretaria Municipal de Direitos Humanos de São Paulo, cerca de 600 haitianos chegaram ao município, vindos do Acre, e estão sendo acolhidos da melhor forma possível, com a ajuda de paróquias e da população, além do próprio governo estadual. Segundo ele, donos de restaurantes têm enviado refeições para os imigrantes, numa demonstração de solidariedade.

O senador também infor-

mou que há pessoas sem nenhuma documentação, até mesmo sem passaporte, mas as providências para obtenção do documento já estão sendo tomadas.

— É importante que todos nós estejamos abertos num espírito de solidariedade e fraternidade para com povos como os do Haiti, que sofreram condições extremamente sérias — afirmou.

## Racismo

Suplicy postou no Facebook uma foto comendo banana, em solidariedade ao jogador de futebol Daniel Alves, contratado do clube espanhol Barcelona e que foi vítima de uma atitude racista em campo: um torcedor do clube adversário jogou uma banana para o jogador que, como resposta, descascou e comeu a fruta.

Imediatamente, o jogador Neymar, também do Barcelona — que não jogou porque estava machucado —, postou uma foto com o filho comendo banana, acompanhada da frase: “Somos todos macacos”. Milhares seguiram o exemplo.

— Neste momento em que estamos aguardando a Copa do Mundo, é muito importante que as ações civilizatórias não preconceituosas venham a prevalecer entre nós, brasileiros, que temos a responsabilidade de receber pessoas de todo o mundo. Virão turistas, torcedores dos mais diversos países — alertou Suplicy.

## Comissão de Infraestrutura do Parlasul faz 1ª reunião do ano

A Comissão de Infraestrutura, Transportes, Recursos Energéticos, Agricultura, Pecuária e Pesca do Parlamento do Mercosul (Parlasul) reuniu-se ontem, após definida a nova composição do grupo, na sede do Senado da Argentina.

A comissão é presidida pela senadora do Paraguai Mirtha Palacios.

No encontro, foi feita uma exposição sobre o corredor bioceânico do Mercosul, que passa pelo Rio Grande do Sul. A China tem interesse no

projeto porque esse corredor encurta a distância entre os Oceanos Atlântico e Pacífico e porque Argentina e Brasil respondem por 50% de toda a soja produzida no mundo.

Parlamentares do Paraguai manifestaram preocupação

sobre eventual instalação de indústria processadora de urânio e reator nuclear na província de Formosa, na Argentina. O deputado argentino Guillermo Carmona esclareceu que o tema já vem sendo examinado pelas chancelarias dos dois

países e propôs uma audiência pública sobre a questão.

Representantes brasileiros, a senadora Ana Amélia (PP-RS) e o deputado Júlio Campos (DEM-MT) foram indicados membros da Subcomissão de Transportes

e Recursos Energéticos. O deputado será titular e Ana Amélia, suplente. O senador Wilder Moraes (DEM-GO) e o deputado Nelson Padovani (PSC-PR) vão integrar a Subcomissão de Agricultura, Pecuária e Pesca.



Ana Amélia integrará colegiado sobre transportes e energia

## Revalidação de diploma estrangeiro pode ser votada hoje

A Comissão de Educação e Cultura (CE) vota hoje substitutivo de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ao projeto que permite revalidação ou reconhecimento automático de diplomas obtidos no exterior (PLS 399/2011). Se for aprovado, o texto será votado em turno suplementar antes de seguir para a Câmara, se não houver recurso.

O projeto, de Roberto Requião (PMDB-PR), abrange cursos de graduação ou de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) em instituições de “reconhecida excelência acadêmica”. Prevê que o poder público divulgue periodicamente lista dos cursos e instituições estrangeiras devidamente reconhecidas.

No substitutivo, Aloysio acatou duas emendas apresentadas na Comissão de Relações Exteriores (CRE), onde o texto foi relatado por Cristovam Buarque (PDT-DF).

## Valdir Raupp pede MP com recursos para reconstruir cidades

Valdir Raupp (PMDB-RO) pediu ontem ao governo federal que edite uma medida provisória destinando recursos para reconstruir as cidades atingidas pelas cheias do Rio Madeira.

Ele disse que o nível do rio já está baixando, mas que os prejuízos são enormes. O senador citou estimativa do próprio governo segundo a qual serão necessários R\$ 5 bilhões para o restabelecimento de equipamentos e serviços essenciais em áreas como saúde, infraestrutura e desenvolvimento social.

— É imprescindível que todas as esferas de governo se unam para agilizar a reconstrução das áreas afetadas, trazendo de volta a dignidade para as famílias desabrigadas.

## Rolleberg destaca novo banco genético da Embrapa

Rodrigo Rolleberg (PSB-DF) parabenizou ontem a Embrapa pelos 41 anos da



Rodrigo Rolleberg

instituição. Como parte das festividades, a empresa pública inaugurou na quinta-feira

um novo banco genético. Com ele, o Brasil pula da sétima para a terceira posição mundial quanto a recursos genéticos.

Rolleberg disse que o banco genético será importante para garantir a segurança alimentar da população, permitindo novas pesquisas em variedades de milho, arroz, feijão e soja. O senador lembrou que foi o responsável, quando ainda era deputado federal, pela articulação que conseguiu os recursos para a nova unidade.